

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Ata de Reunião

#### **Ata de Reunião - Conselho de Administração - Empresa Mineira de Comunicação**

Aos 05 dias do mês de agosto do ano de 2020, às 09:13 horas, em sua Sede no Rua Tenente Brito Melo, 1090, - Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, com a participação de parte dos membros de maneira remota, em função da pandemia da Covid 19, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação - EMC, sob a Presidência de Eleonora Cruz Santos e com o comparecimento, através de videoconferência, dos conselheiros Lina Patrícia Rocha Laredo, Clarissa Gonçalves Menicucci, Mozahir Salomão Bruck e Euler Marques Andrade Filho. Foram registradas adicionalmente as presenças do Presidente da Empresa Mineira de Comunicação, Sérgio Rodrigo Reis e da Assessora - Chefe de Comunicação e Marketing da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, Adriana Barbosa.

A reunião teve início com a fala de Sérgio Reis, presidente da Empresa Mineira de Comunicação – EMC, que deu as boas-vindas e agradeceu a todos pela presença, informando que a presidente do Conselho de Administração, Eleonora Cruz Santos, iria dar início à reunião. Euler Marques Andrade Filho informou que recebeu uma convocação para uma reunião com o Governador às 11:00 horas e por esse motivo poderia permanecer na reunião até às 10:00 horas. Eleonora Cruz Santos questionou se, considerando a necessidade de saída antecipada de Euler Marques Andrade Filho, algum dos presentes via a necessidade de inversão de algum ponto da pauta. Os presentes disseram que não haver necessidade.

Eleonora Cruz Santos apresentou aos presentes a pauta prevista para a reunião. As pautas eram as seguintes: **1.Aprovação do novo Regimento Interno da Empresa Mineira de Comunicação; 2.Aprovação da composição da nova Diretoria Executiva da EMC; 3.Detalhamento da arrecadação de recursos próprios da EMC e TV Minas ( Fonte 60 ) no primeiro semestre de 2020, conforme solicitação que consta na Ata da reunião do dia 10 de julho/2020; 4.Substituição de um dos membros indicados pelo acionista majoritário.** Todos concordaram com a pauta prevista. Dando prosseguimento à reunião, Eleonora Cruz Santos passou ao primeiro ponto de pauta: a aprovação do novo Regimento Interno da Empresa Mineira de Comunicação. Eleonora Cruz Santos passou a palavra a Sérgio Reis para que explicasse as alterações no regimento, disponibilizadas antecipadamente aos conselheiros pelo Sistema Eletrônico de Informações SEI-MG, conforme Processo nº 3150.01.0000047/2020-93. Sérgio Reis esclareceu que havia muitas competências e sobreposições de funções e a proposta foi organizar as competências de cada área para deixá-las mais claras. Eleonora Cruz Santos disse ter questionamentos quanto às competências da Assessoria de Marketing e Comunicação, pois a seu ver a área de Marketing deveria estar separada da de Comunicação. Eleonora Cruz Santos prosseguiu dizendo que as competências detalhadas no Regimento Interno dão muito mais ênfase à área de marketing do que de comunicação, ao passo que nas empresas, há quase 20 anos, a área de comunicação tem uma função estratégica, assim como a área de recursos humanos, e que entende que se forem separados, colocando o marketing na Diretoria de Captação, além de se evitar conflitos de atribuições e interesses, traria maior alinhamento com a captação, pois o marketing já faz parte da captação e assim consegue-se construir com muito mais estratégia seu planejamento, sua comunicação para fora e para dentro, sobretudo no momento em que está ocorrendo uma fusão na empresa. Eleonora Cruz Santos continuou dizendo que se houver uma boa Assessoria de Comunicação que tem um potencial estratégico muito grande para dentro e para fora, será muito positivo para a presidência e direção da EMC. Mozahir Salomão Bruck disse que, em relação à discussão acerca da localização das áreas de comunicação e de marketing, sua experiência vai muito na linha do que Eleonora Cruz Santos falou, que isso fica muito patente quando se observa os tipos de relacionamento do marketing e da comunicação, dizendo que onde se associou a comunicação ao marketing, a comunicação fica com um papel muito instrumental. Mozahir Salomão Bruck continuou dizendo que a comunicação deve ser fortalecida, porque pensa a imagem da instituição. Lina Patrícia Rocha Laredo disse que acha extremamente

relevante a observação, que é necessário fortalecer a comunicação de dentro para fora e de fora para dentro, inclusive do ponto de vista de assessoria. Clarissa Gonçalves Menicucci concordou e disse que essa junção já a incomodava há algum tempo. **Diante das considerações apresentadas, os conselheiros concordaram com a aprovação do regimento com a separação da Assessoria de Marketing e Comunicação, devendo o Marketing ser integrado à Diretoria de Captação e a Assessoria de Comunicação permanecer ligada à Presidência.**

Lina Patrícia Rocha Laredo disse que ao analisar o regimento percebeu que as funções do Diretor Geral se fundem às da presidência e questionou se a presidência vai exercer essa diretoria executiva também. Lina Patrícia Rocha Laredo disse ainda que no Art.3, inciso V, diz que a difusão das atividades culturais na televisão serão sem fins comerciais, enquanto o Art.4, inciso I, fala em manter e explorar comercialmente a radiodifusão de sons, imagens e afins, questionando se a televisão seria sem fins lucrativo e a rádio teria fins lucrativos. Sergio Reis, esclareceu que a televisão não pode gerar lucro, mas que do ponto de vista da rádio, nesse momento, pode ser gerado lucro, por isso tem a distinção, mas que estão avançando nas possibilidades da empresa e que pode ser que essa lógica mude ao longo dos anos. Sobre a Diretoria Geral, Sergio Reis esclareceu que ela tem o papel de trabalhar em apoio à presidência, sobretudo no que se refere aos processos burocráticos, que tomam muito tempo e que muitas vezes podem prejudicar a realização de atividades estratégicas, sendo a função dessa diretoria destravar essas atividades.

Dando sequência à pauta prevista, passou-se ao segundo ponto, qual seja: aprovação da composição da nova Diretoria Executiva da EMC. Sergio Reis esclareceu que Jefferson da Fonseca Coutinho, cujo nome havia sido aprovado para compor esta Diretoria de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual recebeu outra proposta de trabalho e optou por aceita-la. Reiterando a importância dessa diretoria, Sergio Reis explicou que, nas últimas semanas ocorreram reuniões com a Ministério do Turismo, com bons resultados para ações com foco na promoção dos destinos turísticos; informou adicionalmente a existência de um passivo de projetos aprovados aguardando recursos no montante de 40 milhões de reais que podem ser utilizados para a melhoria da programação da emissora. Sérgio Reis prosseguiu relatando que o Secretário conversou com o Ministério sobre uma linha voltada à produção de audiovisual com foco no patrimônio e que, diante dessas conversas, bem como de uma reunião com o Governo do Estado, definiu-se que o objetivo é alinhar o audiovisual em uma única instituição pois hoje essas políticas estão dispersas e o consenso dessa reunião é que esses investimentos possam vir para a Secretaria de Estado de Cultura, por meio da Empresa Mineira de Comunicação. Em conversa com a Câmara do Audiovisual essa proposta foi bem aceita, relatou Sérgio Reis, e que nesse sentido foi realizada a busca no mercado de uma pessoa que estivesse envolvida com o funcionamento do setor audiovisual e chegou-se ao nome de Mônica Trigo. Sérgio Reis submeteu à aprovação do Conselho de Administração o nome de Monica Trigo para a Diretoria de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual. Lina Patrícia Rocha Laredo questionou se a indicada tem o conhecimento de como funciona o audiovisual em Minas Gerais, tendo em vista que seu currículo apresenta experiências nacionais. Sérgio Reis esclareceu que essa experiência pode ser uma boa contribuição, no momento em que se inverte o papel da EMC como receptora de conteúdos externos, pois hoje a Rede Minas recebe conteúdos da TV Cultura e TV Brasil. Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou se, diante disso, a Rede Minas também irá produzir, e Sergio Reis respondeu que a Rede Minas irá nortear a atuação do setor.

Passando ao nome indicado para a Diretoria Geral, Sérgio Reis esclareceu que foi um nome sugerido pelo governo, e que a indicada tem trabalhado nos últimos doze anos em processos da Administração Pública e que nos contatos estabelecidos percebeu que ela tem a capacidade de executar bem esses processos de apoio à presidência, informando que seu nome foi uma indicação do Secretário de Estado de Cultura. Sérgio Reis submeteu então à aprovação do Conselho de Administração o nome de Josiane Míriam de Souza Ribeiro para ocupar o cargo de diretora geral. Eleonora Cruz Santos pontuou que quando viu o currículo e experiência de Josiane teve receio da indicada não ter a bagagem para atender às demandas da função, entendendo que ela deverá contar muito com o apoio da procuradoria, pois esse é um desafio grande que a Empresa Mineira de Comunicação deverá enfrentar. Sérgio Reis esclareceu que, embora não a conheça pessoalmente, conversou com pessoas que atuaram com ela no Ministério do Turismo e que ela foi muito elogiada.

Mozahir Salomão Bruck pontuou que nesses casos é necessário trabalhar com apostas e expectativas, pela análise do currículo. Disse que ao longo do tempo a questão das atividades burocráticas vai se adequando e percebe-se onde o gestor deve concentrar suas atividades, assim, essas pessoas que assumem funções de suporte são fundamentais para liberar o gestor para gestão estratégica. Sérgio Reis concordou e relatou que esse tipo de demanda é grande no dia a dia e que com a pandemia a dificuldade tem sido maior. Lina Patrícia Rocha Laredo disse que não recebeu o currículo de Josiane, que estava vendo naquele momento, ressaltando que há

um desafio muito grande nessa nova empresa com regimes jurídicos diferentes, e que espera que ela tenha a competência para dar conta desse e de outros desafios que vem por aí. **Após as considerações, os nomes de Monica Trigo, para a Diretoria de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual, e de Josiane Míriam de Souza Ribeiro, para a Diretoria Geral, foram aprovadas pelos conselheiros.**

Eleonora Cruz Santos pediu que quando houver alterações em informações relativas aos pontos de pauta das reuniões haja um cuidado com sua comunicação para que seja possível a análise prévia pelos conselheiros.

Passou-se ao terceiro ponto da pauta, quer seja, o detalhamento da arrecadação de recursos próprios da EMC e TV Minas (Fonte 60) no primeiro semestre de 2020, conforme solicitação que consta na Ata da reunião do dia 10 de julho/2020.

Eleonora Cruz Santos perguntou se todos os conselheiros conseguiram analisar o material enviado, relatando que pediu ao Eduardo Gomes, que ocupará a função de Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, o detalhamento de alguns pontos dos relatórios que geraram dúvidas; solicitou que os processos sejam melhorados, com mais frequência de acesso à informação pelo conselheiros, pedindo que para a próxima reunião sejam preparados os dados mais detalhados, com envio para todos os conselheiros; e questionou se Eduardo teria condições de esclarecer os questionamentos enviados por ela na noite anterior. Às 09:50 Euler Marques Andrade Filho pediu licença para se retirar, conforme havia informado no início da reunião. Dando continuidade à pauta, Sérgio Reis solicitou que Eduardo Gomes entrasse na reunião para proceder os esclarecimentos solicitados por Eleonora Cruz Santos. Eduardo Gomes entrou na reunião e cumprimentou a todos. Eleonora Cruz Santos explicou que teve dúvidas tanto nos gastos da Fundação TV Minas Cultural - FTVM e Educativa quanto da EMC, que nos gastos gerais o valor consolidado da FTVM está inferior ao valor detalhado e que na planilha da Rádio Inconfidência ocorreu o contrário, estando representando somente 30% dos gastos gerais totais. Eduardo Gomes pediu desculpas, ressaltando que está ainda tendo acesso limitado às informações pois antes havia outra diretora e que por não ter sido ainda nomeado não teve acesso a todos os sistemas. Eduardo Gomes prosseguiu esclarecendo que, no caso específico da arrecadação da fonte 60, da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, o superávit se deu em função dos acordos de cooperação absorvidos do antigo Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG, que no mês de março foi realizada uma atualização da tabela de valores e regularização dos termos, ampliando a receita da fonte 60. Eleonora Cruz Santos disse que pelas planilhas percebe-se que houve um acréscimo de recursos e que receita extra é muito positivo. Sérgio Reis esclareceu que os aluguéis estavam defasados e que foram revistos, o que ampliou a arrecadação e que na próxima reunião pode apresentar o projeto Conecta Minas, elaborado com vistas a atuar no campo do fornecimento de serviços de radiodifusão para ampliação da receita. Eleonora Cruz Santos diz que as duas empresas separadas, com contabilidade diferente, têm situações distintas, que aparentemente a rádio não irá alcançar a meta de arrecadação prevista. Em seguida Eleonora Cruz Santos solicitou que Eduardo Gomes reveja os pontos apontados por ela, enviados por email na noite anterior, para que possa proceder o envio mensal dos dados financeiros, em relatórios de acompanhamento gerencial, pois assim os conselheiros podem ver a evolução da execução. Eduardo Gomes concordou, dizendo que entende que a forma solicitada permite uma melhor organização e transparência da informação. Eduardo Gomes relatou, ainda, que, no caso da EMC, verificou que houve uma prestação de contas relativa ao exercício de 2019 que foi feita de forma irregular, que deverá ser retificada e que isso comprometeu os dados. Sergio Reis disse que o envio das informações mensalmente será importante para dar transparência para a gestão dele, do conselho e da empresa. Todos os conselheiros concordaram e Lina Patrícia Rocha Laredo complementou que esse acompanhamento dará mais segurança para os conselheiros.

Dando prosseguimento à reunião, Eleonora Cruz Santos pediu a inversão dos pontos da pauta, para que os assuntos gerais fossem tratados primeiramente, relatando que havia três temas propostos nesse ponto: um pelo conselheiro Mozahir Salomão Bruck, um pela conselheira Lina Patrícia Rocha e outro pela conselheira Eleonora Cruz Santos.

O primeiro item dos assuntos gerais é uma dúvida trazida pelo Mozahir Salomão Bruck. Mozahir Salomão Bruck disse que quando ainda não havia o Conselho de Administração da EMC foi convidado para compor o Conselho Curador da Rede Minas. Que foram feitas algumas reuniões sendo que da última não participou, tendo sido substituído por sua suplente, e questionou se essa presença em dois conselhos seria devida, se isso gera algum problema e como os conselheiros entendem isso, pois, do seu ponto de vista, quanto mais se amplia a participação, melhor. Sergio Reis perguntou se a questão seria o receio quanto à possibilidade de alguma divergência de participação em dois conselhos, ao que Mozahir Salomão Bruck respondeu que sim. Eleonora Cruz Santos disse que estava buscando no estatuto se havia alguma limitação, tendo identificado a previsão de

que o conselheiro não pode participar de outro conselho e que estava tentando entender se essa limitação se refere a qualquer outro conselho, o que seria uma limitação jurídica, mas que caso não haja essa limitação, e ele se sinta confortável, não vê nenhum problema em sua permanência em ambos. Sergio Reis disse que como presidente da EMC, caso não haja limitação, entende que é muito positiva a permanência de Mozahir Salomão Bruck em ambos os conselhos, pois pode contribuir com sua experiência. Lina Patrícia Rocha Laredo relatou que foi eleito um conselho curador da EMC e que ele nunca havia se reunido. Foi solicitada a entrada da Superintendente Jurídica da EMC, Elaine do Carmo Luiz, na reunião, para esclarecer a dúvida do conselheiro. A dúvida do conselheiro Mozahir Salomão Bruck foi relatada para Elaine do Carmo Luiz, que respondeu que essa questão era esclarecida pelo Art. 12, inciso VI, do Estatuto Social da EMC, esclarecendo que o conselho curador da Rede Minas não é remunerado e que o precedente desta norma é o acúmulo de conselhos remunerados, assim, que não via impedimento na permanência de Mozahir Salomão Bruck em ambos os conselhos. Eleonora Cruz Santos agradeceu a presença de Elaine do Carmo Luiz, que se retirou da reunião, e disse que tendo sido esclarecido o questionamento, Mozahir Salomão Bruck pode permanecer contribuindo com ambos os conselhos. Eleonora Cruz Santos também reforçou a concordância com os demais conselheiros e com o presidente da EMC quanto à valiosa contribuição de Mozahir Salomão Bruck nos dois conselhos.

O segundo ponto dos assuntos gerais foi colocado por Lina Patrícia Rocha Laredo. Lina Patrícia Rocha Laredo iniciou dizendo que não sabe se Sérgio Reis tem o conhecimento de que de 2018 para 2019 houve uma queda de arrecadação na Rádio Inconfidência, que em 2019 aventou-se a possibilidade de fechamento do AM e que houve um movimento muito grande, que conseguiu derrubar um veto do Governado do estado na Assembleia Legislativa para que 3% de toda a verba de comunicação do Governo pudesse ser destinado às emissoras públicas, rádio e televisão, mas que essa verba não chega. Lina Patrícia Rocha Laredo prosseguiu relatando que em conversa com Clarissa Gonçalves Menicucci soube que há um ranking de audiência que impossibilita que esse recurso chegue e portanto quis trazer esse tema para o conselho para que vissem como ele pode acompanhar e resolver essa situação, e que diante da informação sobre a questão da audiência é necessário pensar em como conduzir essa questão de captação, e agora que será captação e marketing, para que consiga alterar a programação para melhorar essa audiência, preservando a característica de emissora pública, considerando todas as limitações. Clarissa Gonçalves Menicucci esclareceu que acompanhou o processo na época e que o veto foi baseado em uma legislação federal que coloca algumas regras para a alocação de recursos governamentais baseado em audiência dos veículos e o que foi argumentado é que essa legislação estadual contrariava uma legislação federal, que ela não concordava com isso, mas que é necessário entender essa legislação federal para pensar alternativas para recursos da publicidade sejam destinados às emissoras. Mozahir Salomão Bruck disse que desconhece essa vinculação, mas que em uma reunião do conselho curador da Rede Minas com a presença do então secretário Marcelo Matte ele levantou essa questão da mídia técnica, que era o argumento para o não cumprimento da lei estadual. Parece que é uma decisão de gestão do governo porque se há uma lei que permite a destinação, ela é uma decisão de gestão do direcionamento da mídia. Retomando os argumentos apresentados naquela reunião, Mozahir Salomão Bruck disse que a mídia técnica é algo desatualizado, que é da perspectiva do analógico e que já passou da hora do governo revisar a importância que dá para suas emissoras públicas, assim, entende que essa questão tem um eixo legal; um eixo que é técnico que tem que ser muito refletido, pois hoje você vê achatamento de uso de mídia analógica e crescimento da mídia digital, o que joga por terra o argumento da mídia técnica; e a terceira coisa tem relação a um eixo que é político, que é a importância que damos a mídia pública em Minas Gerais. Mozahir Salomão Bruck disse ainda que com relação ao argumento de Lina Patrícia Rocha Laredo de que tem que melhorar a programação para melhorar a audiência não há dúvida, mas não acha que a solução da questão dos 3% seja por aí, que ela é anterior. Lina Patrícia Rocha Laredo concordou enfaticamente com a fala de Mozahir Salomão Bruck, pedindo que conste em ata que a questão é mesmo que importância o Estado dá à comunicação pública, e às empresas que representam esse estado, inclusive em projetos aprovados e nessa lei que está sendo colocada em prática e não está, concordando com Mozahir Salomão Bruck que a audiência hoje é subjetiva, e que quando se pensa em uma Diretoria de Captação e Marketing tem que pensar com será feita essa captação, pois se trata de uma empresa pública, e qual é o papel dela dentro do Estado. Eleonora Cruz Santos argumentou que do seu ponto de vista a questão da natureza pública já está posta, mas há uma questão aí que é o quanto esse público na baixa audiência pode crescer, mas que é fundamental um bom projeto de reestruturação que justifique a demanda do recurso, que valide a vinda desse recurso para dar um salto, para que não fiquem em um ciclo vicioso: se não tenho recurso não melho minha programação, não melho minha audiência, então é importante colocar para a gestão da EMC a necessidade de um bom projeto que mostre a relevância desse recurso que não está vindo para que esse projeto seja bem executado. Clarissa Gonçalves Menicucci pontuou que trouxe a questão dessa legislação, não no sentido de que ela concorde, mas para que sejam analisadas as possibilidades. Os conselheiros disseram que essa informação foi importante para o entendimento da questão. Sergio Reis relatou que quando chegou a EMC, Kiko Ferreira o informou sobre a questão dessa legislação estadual que prevê o

repassa dos 3% da verba publicitária, explicando o que foi o avanço e que ficasse atento, que após cerca de quinze dias foi realizada uma reunião com a Gerente de Comunicação do estado, Amália Goulart, que é quem detém a gestão dessas verbas e que ela informou que isso estava condicionado à questão da audiência, que são auditados que não podem realizar o direcionamento das verbas pois podem responder ao Ministério Público, e que após essa reunião avançaram com a questão com o Secretário, que está ciente dos fatos.

Sérgio Reis prosseguiu dizendo que a audiência simples é um limitador da relevância do que é feito pela EMC, essa audiência é qualificada, é transformadora, que mostra a importância do que as emissoras fazem, não tendo o mesmo perfil das comerciais, pois a proposta é qualificar e oferecer um conteúdo de qualidade e agregador para a vida cotidiana. Sérgio Reis informou que a Rádio Inconfidência teve um crescimento de 50% em sua audiência no último ano, mas entende que não deve ser esse o balizador para discussão dos 3% e pede ajuda na definição desses argumentos pois é um ciclo, pois não melhora porque não tem recurso e não tem recursos porque não melhora, e que há também a necessidade de avançar quanto à possibilidade de absorver a publicidade do mercado, que a TV Cultura consegue realizar uma série de publicidades com sua natureza jurídica que a Rede Minas não pode. Eleonora Cruz Santos propõe que a Diretoria EMC elabore um projeto de alavancagem de sua audiência, usando a audiência como argumento de sua necessidade de melhorar, já que essa necessidade já foi colocada, mas que o projeto seja de alavancagem de sua programação, da ampliação de visibilidade, de relevância, colocando a necessidade desse recurso. Sérgio Reis pondera que o indicador não deve ser somente a audiência, buscando mais alguma coisa para não ficar limitado à lógica do mercado. Eleonora Cruz Santos concorda e fala que deve-se considerar os conteúdos que as emissoras devem produzir por sua natureza pública, que com a pandemia fica clara a contribuição que tanto a televisão quanto a rádio podem dar com instrumentos de comunicação e difusão do conhecimento e da cultura. Mozahir Salomão Bruck pediu licença para utilizar uma metáfora e disse que essa legislação é algo como terem dado “um vale refeição que não consegue comprar em lugar nenhum, um cheque que não se consegue descontar”, há 3% de verba publicitária que não pode ser usada”, ressaltando que quer entender mais a fundo a questão, mas entende que o que precisa ser mudado é a lógica que norteia o investimento. Sérgio Reis propôs que junto com a equipe desenvolva um estudo de possibilidades para que possa pleitear a melhoria dos aportes de recursos para a Empresa, pois para a negociação com o governo precisa de chegar com a informação consolidada. Clarissa Gonçalves Menicucci sugeriu que fosse pensado um tipo de projeto pleiteando recursos de outros locais, de alguns fundos, como por exemplo da Loteria Mineira, que tem recursos disponíveis para fomento, ou outras empresas públicas e Eleonora Cruz Santos respondeu que esse tipo de fonte não tem muito sucesso, relatando que Fundação João Pinheiro tem 0,5% do resultado do BDMG, mas nos dois últimos exercícios, onde o resultado foi positivo, o recurso não foi repassado. Mozahir Salomão Bruck complementou que é necessário pensar em captação não somente em termos comerciais, sendo uma empresa pública, e que um projeto editorial tem que estar associado a um projeto político consistente, social, inclusivo e que entende que tem que sensibilizar o estado na compreensão de como a comunicação pública pode contribuir para melhorar um estado com mais de 800 municípios, sendo uma emissora que ajude as pessoas a serem melhores cidadãos. Lina Patrícia Rocha Laredo disse que é necessário que esse projeto seja feito em conjunto pela área de marketing e conteúdo, para que não tenha uma pegada apenas comercial e Sérgio Reis concordou, dizendo que esse projeto tem que ser conjunto com todas as diretorias.

Passando ao terceiro ponto dos assuntos gerais Eleonora Cruz Santos disse que gostaria de tratar da remuneração dos conselheiros. Sérgio Reis informou que teve uma reunião com Eleonora Cruz Santos e que pôde entender a complexidade e responsabilidades do Conselho de Administração, que os conselheiros assumem uma série de responsabilidades e que essa remuneração é muito simbólica. Relatou que esse pleito foi inicialmente negado, sob o argumento que existe uma relação entre a proporção da empresa e outras empresas do estado e que acordou com a Eleonora Cruz Santos que fará um novo pleito tendo como argumento a complexidade da empresa, propondo realizar um estudo para levar o pleito e discuti-lo com Eleonora Cruz Santos para que possa ser encaminhado e ter um retorno já para a próxima reunião do Conselho. Todos os conselheiros acordaram.

Passou-se então ao último ponto de pauta: a substituição de um dos membros indicados pelo acionista majoritário. Eleonora Cruz Santos disse que os conselheiros tiveram uma conversa, que posteriormente teve uma conversa com Sérgio Reis e outra com a Clarissa Gonçalves Menicucci e que entendeu que a questão da substituição não é pessoal, mas uma substituição natural. Passou a palavra à conselheira Clarissa Gonçalves Menicucci, que agradeceu a todos pela convivência no Conselho, ressaltando a importância do fórum de diálogo com a gestão, que é algo que ainda está em construção e que o conselho traz uma transparência, principalmente para as emissoras públicas. Clarissa Gonçalves Menicucci disse gostaria de deixar algumas reflexões, tendo falado do momento muito difícil que vive a comunicação pública, sendo tratada de forma

muito rasteira, e tendo diminuída sua relevância; que a atuação do Estado na comunicação pública não quer dizer que ele tenha que suprir tudo e que é importante que a EMC atue em parceira para buscar outras fontes de recursos; que o caráter público da EMC é importante e deve ser mantido; da relevância que a Rede Minas volte ao fomento do audiovisual e que a Rádio Inconfidência retome o fomento aos artistas regionais; que as duas emissoras possam atuar realmente em conjunto; que a EMC possa ser referência para a experimentação de novas linguagens; que é importante reforçar o papel de uma instituição pública de comunicação, com consciência do que se aproxima e se afasta da iniciativa privada; que a EMC tem um papel importante na retomada do crescimento do estado; e que a EMC hoje conta com uma equipe estruturada, direção focada e conselho atuante, que as condições para um bom trabalho estão dadas. Por fim, Clarissa Gonçalves Menicucci desejou a todos sorte e se colocou à disposição. Eleonora Cruz Santos agradeceu a Clarissa Gonçalves Menicucci a convivência no Conselho de Administração. Sérgio Reis disse que admira Clarissa Gonçalves Menicucci há muitos anos, que sua saída é uma perda para o conselho e que espera que continue em contato e que sua contribuição será sempre bem-vinda e que as contingências da vida e da administração pública levaram essa substituição, mas que espera poder contar com sua colaboração. Lina Patrícia Rocha Laredo parabenizou Clarissa Gonçalves Menicucci pelas palavras e agradeceu a convivência. Mozahir Salomão Bruck agradeceu a Clarissa Gonçalves Menicucci.

Dando sequencia à reunião, Sergio Reis apresentou o nome de Maristela Rangel, indicada pelo Governo do Estado de Minas Gerais para substituir Clarissa Gonçalves Menicucci, explicando que ela é atualmente Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, apresentando brevemente seu currículo e destacando que ela, por sua experiência, poderá contribuir muito também.

Eleonora Cruz Santos pediu para tratar de um ponto que não estava na pauta, que é o pagamento dos conselheiros. Sergio Reis explicou que, em função da ausência de nomeação dos diretores, todos os processos foram travados, mas que a expectativa é que a ata seja passada para assinatura hoje à tarde para que essas nomeações possam ocorrer amanhã. Eleonora Cruz Santos ponderou que a ata deverá ser revisada, mas que o Conselho o fará o mais breve possível.

Sergio Reis disse entender que a reunião foi mais proveitosa, que pôde ouvir mais e os conselheiros também puderam falar mais. Lina Patrícia Rocha Laredo concordou, disse que puderam se deter mais nos pontos, que a condução da reunião por Eleonora Cruz Santos foi perfeita. Mozahir Salomão Bruck concordo e reforçou que quanto mais consigam ter acesso antecipado ao material das reuniões, mais produtivas elas serão e Lina Patrícia Rocha Laredo ressaltou que a questão da documentação com antecedência deve ser uma regra.

Eleonora Cruz Santos propôs que a próxima reunião seja dia 18/09, sugerindo como pauta os seguintes pontos: detalhamento financeiro feito pelo Eduardo Gomes, devendo ser passado antes para poder formatar o relatório gerencial; o retorno dos pleitos dos conselheiros e a revisão consolidada do regimento interno. Mozahir Salomão Bruck pediu que seja discutido também como será a implantação da EMC, união de Rede Minas e Rádio, pois gostaria de entender já que não tem clareza. Lina Patrícia Rocha Laredo concordou com a sugestão e disse que esse ponto é muito importante, que há uma discussão jurídica que tem que acontecer. Sergio Reis disse que essa é questão delicada, que gera muita conversa informal e informação extraoficial e relatou para os conselheiros a previsão de realização de um planejamento estratégico, dizendo que, se atento aos procedimentos, bem conduzido e bem pontuado, esse planejamento pode conduzir a reflexões importantes para esse processo de formação e consolidação da Empresa. Sérgio Reis disse ainda que a tentativa de consolidar esse processo com a ajuda da Fundação João Pinheiro e que essa negociação se encontra em tramitação para que possa ser iniciado e poder trazer algumas respostas para a questão. Eleonora Cruz Santos ressaltou que o planejamento estratégico pode ser usado como uma ferramenta importante de gestão e que o conselho pode acompanhar esse processo, e que quando estiver estruturado deve ser apresentado ao conselho. Mozahir Salomão Bruck disse que não questiona o tempo para a realização, mas a necessidade de ter consciência sobre o processo. Sérgio Reis propôs que na próxima reunião apresente ao conselho em que ponto está o processo e em uma próxima se debrucem na questão de maneira mais detalhada, com o que os conselheiros concordaram. Lina Patrícia Rocha Laredo relatou que os trabalhadores estão muito apreensivos quanto a essa mudança, tentando entender o que vai ocorrer, o que gera muita “conversa de corredor” e Eleonora Cruz Santos respondeu que Lina encontra-se em posição privilegiada pois tem acesso ao conselho e servidores e pode contribuir muito para minimizar essa situação, tendo Lina Patrícia Rocha Laredo respondido que tenta ter essa postura sempre que possível. Sérgio Reis informou que iniciou um processo de escuta na EMC, para ouvir os trabalhadores, que começou com reuniões amplas e agora setORIZADAS e que percebe que quando as pessoas falam e demonstram suas angústias é possível começar a reduzir a tensão, ressaltando que conta com Lina

Patrícia Rocha Laredo para ajudar nesse processo. Eleonora Cruz Santos reforçou a importância de desconstruir as conversas de corredor.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Adriana Barbosa, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

<p><b>Eleonora Cruz Santos</b> Presidente do Conselho de Administração da EMC e Representante do Cotista Minoritário (Fundação João Pinheiro)</p>	<p><b>Lina Patrícia Rocha Laredo</b> Conselheira Representante dos Empregados da EMC</p>
<p><b>Clarissa Gonçalves Menicucci</b> Conselheira Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)</p>	<p><b>Mozahir Salomão Bruck</b> Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)</p>
<p><b>Euler Marques Andrade Filho</b> Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)</p>	<p><b>Sérgio Rodrigo Reis</b> Presidente da EMC</p>
<p><b>Adriana Barbosa</b> Assessora de Comunicação e Marketing da Fundação TV Minas Cultural e Educativa</p>	<p><b>Elaine do Carmo Luiz</b> Superintendente Jurídica da EMC</p>



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Rodrigo Reis, Presidente**, em 05/08/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Cassia Barbosa, Servidor(a) Público(a)**, em 05/08/2020, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Eleonora Cruz Santos, Diretor(a)**, em 05/08/2020, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Elaine do Carmo Luiz dos Santos, Assessor (a)**, em 05/08/2020, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MOZAHIR SALOMÃO BRUCK, Usuário Externo**, em 05/08/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Lina Patricia Rocha Laredo, Servidora Pública**, em 05/08/2020, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Euler Marques andrade filho, Usuário Externo**, em 05/08/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Gonçalves Menicucci, Usuário Externo**, em 05/08/2020, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar Silva Gomes, Servidor(a) Público(a)**, em 06/08/2020, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17882074** e o código CRC **407F917F**.

---